

CAPÍTULO 8

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DOCENTES: UMA ÁNALISE DO PROGRAMA MAIS PROFESSORES (FEDERAL) E PROFESSOR DO AMANHÃ (ESTADUAL).



<https://doi.org/10.22533/at.ed.385132504048>

Data de aceite: 29/04/2025

Darci Marion Junior

RESUMO: Este projeto de pesquisa propõe uma análise comparativa entre as políticas públicas de formação e valorização docente implementadas pelo governo federal, por meio do programa “Mais Professores para o Brasil” e Professor do Amanhã, no estado do Rio Grande do Sul. Considerando o histórico de desvalorização do magistério no Brasil, a pesquisa pretende investigar como essas políticas dialogam com os desafios estruturais da educação básica, destacando seus mecanismos de formação inicial e continuada, incentivos financeiros, valorização simbólica e articulação entre esferas federativas. Com abordagem qualitativa, o estudo utiliza análise documental e entrevistas, fundamentando-se na teoria do ciclo de políticas de Ball e Bowe (1992), na perspectiva crítica de Saviani (2008) e nos estudos de Darling- Hammond (2012). Espera-se que os resultados contribuam para o aprimoramento das políticas educacionais e para a construção de estratégias integradas que promovam a permanência e o reconhecimento da carreira docente no

país.

PALAVRAS-CHAVE: formação docente; valorização; políticas públicas; federalismo; educação básica.

INTRODUÇÃO

A formação e valorização de professores têm ocupado papel central nos debates sobre a qualidade da educação pública brasileira, especialmente diante dos desafios históricos relacionados à baixa atratividade da carreira docente, à evasão de profissionais qualificados e às desigualdades estruturais entre os sistemas de ensino. A educação básica, que deveria ser um pilar de equidade social e de promoção da cidadania, sofre com a ausência de políticas públicas eficazes e continuadas para o fortalecimento da docência.

Diversos estudos apontam que a valorização do magistério está diretamente relacionada ao desempenho escolar dos alunos, à permanência dos docentes na rede pública e ao fortalecimento da identidade profissional. No entanto, o

Brasil ainda carece de um sistema robusto de formação inicial e continuada, que considere as especificidades regionais e culturais do país. A fragmentação entre ações federais, estaduais e municipais contribui para a desarticulação das políticas e para a ineficiência na implementação de medidas efetivas.

Em 2025, o cenário educacional brasileiro foi marcado pelo lançamento de iniciativas relevantes. O governo federal instituiu o programa “Mais Professores para o Brasil”, com uma estrutura abrangente que contempla desde a seleção e ingresso de professores na carreira até mecanismos de valorização simbólica e material. Em paralelo, o estado do Rio Grande do Sul apresentou uma série de medidas de impacto, com destaque para a expansão da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, contratação e progressão de professores, além de programas de formação de lideranças escolares, através do programa Professor do Amanhã.

Diante desse contexto, o presente projeto propõe uma análise comparativa entre as políticas públicas de formação e valorização docente promovidas pelo governo federal e pelo estado do Rio Grande do Sul em 2025. A pesquisa busca compreender como essas ações dialogam com os desafios enfrentados pelo magistério, quais suas potencialidades e limitações, e de que forma contribuem para a construção de uma educação pública de qualidade. A proposta parte do entendimento de que uma análise crítica e comparativa pode iluminar caminhos mais eficazes para a construção de políticas integradas, sustentáveis e socialmente referenciadas.

A ampliação deste debate também se mostra essencial frente aos desafios contemporâneos da formação de professores no Brasil. A complexidade da atuação docente na atualidade demanda profissionais com sólida formação teórica, domínio de práticas pedagógicas inovadoras e compreensão crítica da realidade sociopolítica em que estão inseridos. Isso requer políticas públicas que não apenas ofereçam cursos e bolsas, mas que construam trajetórias de formação contínua articuladas à valorização profissional e ao reconhecimento social da carreira docente. Esse processo passa necessariamente pela cooperação federativa, pela escuta ativa das comunidades escolares e pela construção de políticas territorialidades, capazes de responder aos desafios específicos de cada realidade educacional. Ball e Bowe (1992)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreender a lógica das políticas públicas voltadas à formação e valorização docente, este projeto adota um referencial teórico que articula contribuições da sociologia da educação, da pedagogia crítica e da teoria das políticas públicas. A base teórica é composta, sobretudo, por autores que analisam o papel do Estado na educação, a formação de professores como prática social e as implicações da reestruturação do trabalho docente.

Saviani (2008) defende que a formação docente deve ser orientada por uma concepção histórico-crítica de educação, em que a prática pedagógica está vinculada à luta pela transformação social. Essa perspectiva rompe com a ideia tecnicista de formação e destaca a necessidade de um currículo que articule teoria e prática. Já Frigotto (2004) e Ciavatta (2012) problematizam a fragmentação entre o saber acadêmico e o saber da prática profissional, propondo a ideia de formação humana integral como norteadora das políticas de formação inicial e continuada.

Ball e Bowe (1992), com a teoria do ciclo de políticas, oferecem um instrumental analítico essencial para este projeto, permitindo compreender como as políticas são formuladas, interpretadas e implementadas em diferentes contextos. Segundo os autores, uma política não é um produto acabado, mas sim um processo em disputa que passa por diferentes arenas e sofre reinterpretações conforme o contexto institucional e cultural em que se insere.

Darling-Hammond (2012) contribui com reflexões sobre a relação entre a qualidade da formação docente e os resultados educacionais. Em seus estudos, evidencia-se que sistemas educacionais bem-sucedidos em diferentes países são aqueles que investem fortemente na formação dos professores, tanto inicial quanto continuada, e valorizam a carreira docente como elemento central das políticas educacionais.

Outros estudiosos, como Növoa (2009), reforçam a importância de considerar o professor como intelectual reflexivo, protagonista de sua trajetória profissional, cuja formação deve ser contínua, colaborativa e baseada na pesquisa. Essa concepção amplia o papel do professor para além da sala de aula, reconhecendo sua função na construção das políticas e da cultura escolar.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica deste estudo é qualitativa, com caráter exploratório, descritivo e comparativo. Parte-se da premissa de que os fenômenos sociais e educacionais devem ser compreendidos em sua complexidade, o que demanda métodos que valorizem a análise contextual, a interpretação dos significados e a escuta atenta dos sujeitos envolvidos no processo.

A pesquisa qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1994), caracteriza-se pelo estudo do mundo empírico a partir da perspectiva dos participantes, buscando compreender os fenômenos em seus contextos naturais. Para Denzin e Lincoln (2006), trata-se de uma abordagem que enfatiza os processos e os significados atribuídos pelos sujeitos à sua experiência, valorizando a subjetividade, a historicidade e a multiplicidade de interpretações. Minayo (2001), por sua vez, destaca que a pesquisa qualitativa é essencial para o campo das ciências sociais aplicadas, pois permite apreender as dimensões, relacionais e institucionais dos fenômenos sociais.

Serão utilizados três procedimentos metodológicos principais: (1) análise documental, (2) entrevistas semiestruturadas e (3) análise de conteúdo.

A análise documental envolverá o levantamento de legislações, diretrizes curriculares, editais, planos de ação e documentos institucionais referentes ao programa federal e às políticas do estado do Rio Grande do Sul. Este material será sistematizado com base em categorias previamente definidas, como: objetivos, estrutura, público-alvo, incentivos, formação e avaliação.

As entrevistas serão realizadas com gestores públicos, professores e especialistas da área educacional. O objetivo é obter percepções sobre a implementação das políticas, os resultados percebidos e as lacunas ainda existentes. A seleção dos entrevistados seguirá critérios de diversidade institucional e regional, com atenção à representatividade e à relevância para o objeto de estudo.

1. Para a análise dos dados, será adotada a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), organizando-se os dados em categorias temáticas e eixos analíticos. Essa abordagem permitirá compreender não apenas os conteúdos das políticas, mas também as interpretações e ressignificações feitas por diferentes atores educacionais.

O estudo comparativo será orientado por critérios como: abrangência das políticas, articulação entre formação inicial e continuada, valorização simbólica e material, e integração federativa. A comparação entre as esferas federal e estadual busca revelar padrões, singularidades e contradições nas estratégias adotadas para enfrentar os desafios da formação e valorização docente.

Serão utilizados três procedimentos metodológicos principais: (1) análise documental, (2) entrevistas semiestruturadas e (3) análise de conteúdo. A análise documental envolverá o levantamento de legislações, diretrizes curriculares, editais, planos de ação e documentos institucionais referentes ao programa federal e às políticas do estado do Rio Grande do Sul. Este material será sistematizado com base em categorias previamente definidas, como: objetivos, estrutura, público-alvo, incentivos, formação e avaliação.

2. A análise documental, segundo Cellard (2008), consiste na leitura crítica e sistemática de documentos com o objetivo de extrair significados, identificar intenções políticas e compreender os contextos históricos e institucionais em que os textos foram produzidos. Trata-se de um recurso metodológico essencial nas pesquisas em políticas públicas, pois permite examinar os discursos oficiais, as normativas legais e as diretrizes que orientam a ação do Estado.

No presente estudo, a análise documental envolverá o levantamento e a interpretação de legislações, diretrizes curriculares, editais, planos de ação e documentos institucionais relacionados às políticas públicas de formação e valorização docente implementadas em 2025, tanto no âmbito federal quanto estadual.

No nível federal, será analisado o Programa Mais Professores para o Brasil, instituído em 2025 pelo Ministério da Educação, com o objetivo de reestruturar a formação e a valorização docente em todo o território nacional. Entre os principais dispositivos normativos vinculados ao programa, destacam-se: o decreto de criação, os editais de adesão das instituições de ensino superior, os regulamentos da Prova Nacional Docente e os manuais operacionais da Bolsa Pé- de-Meia, voltada ao incentivo financeiro para licenciandos. O programa articula políticas de formação inicial e continuada, alocação de docentes em áreas de vulnerabilidade e incentivo à permanência na carreira por meio de ações simbólicas e materiais.

Esses documentos serão sistematizados com base em categorias analíticas previamente definidas: objetivos, estrutura, público-alvo, mecanismos de ingresso, incentivos financeiros, formação inicial e continuada, e estratégias de avaliação.

No caso do estado do Rio Grande do Sul, a análise documental abrangerá as legislações e os planos que regulamentam os programas estaduais de valorização docente em vigor no ano de 2025. Destacam-se o Programa Professor do Amanhã, regulamentado pelo Decreto nº 57.335/2023, e a Lei nº 16.001/2023, que define os princípios e diretrizes da formação de professores em áreas estratégicas para a educação básica. Além disso, serão considerados documentos vinculados ao Programa Parceiro da Escola, ao Programa de Desenvolvimento de Liderança 2.0 e aos relatórios de acompanhamento emitidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC-RS).

3. As entrevistas serão realizadas com gestores públicos, professores e especialistas da área educacional. O objetivo é obter percepções sobre a implementação das políticas, os resultados percebidos e as lacunas ainda existentes. A escolha dos entrevistados seguirá critérios de diversidade institucional e regional, com atenção à representatividade.

Para a análise dos dados, será adotada a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), organizando-se os dados em categorias temáticas e eixos analíticos. Essa abordagem permitirá compreender não apenas os conteúdos das políticas, mas também as interpretações e ressignificações feitas por diferentes atores.

O estudo comparativo será orientado por critérios como: abrangência das políticas, articulação entre formação inicial e continuada, valorização simbólica e material, e integração federativa. A comparação entre as esferas federal e estadual busca revelar padrões, singularidades e contradições nas estratégias adotadas para enfrentar os desafios da formação e valorização docente.

A abordagem comparativa, segundo Gil (2008), é particularmente útil quando se deseja compreender diferentes realidades a partir de um conjunto de variáveis comuns, permitindo identificar fatores que favorecem ou dificultam a implementação de políticas públicas. Nesse sentido, a comparação não visa apenas contrastar experiências, mas também construir uma análise interpretativa que revele os elementos estruturais, históricos e contextuais que influenciam os resultados.

De acordo com Gauthier (2006), a pesquisa comparativa em educação deve estar ancorada em critérios analíticos bem definidos, de modo a evitar generalizações indevidas e a garantir a validade interpretativa dos achados. Para tanto, o presente estudo utilizará uma matriz de análise construída a partir das categorias previamente apresentadas, visando sistematizar as semelhanças e diferenças entre os programas investigados.

Lakatos e Marconi (2003) ressaltam que a pesquisa comparativa exige rigor metodológico na definição das unidades de análise e na delimitação temporal e espacial dos fenômenos estudados, o que será observado neste trabalho ao considerar o ano de 2025 como recorte específico e as ações de duas esferas governamentais: federal e estadual (Rio Grande do Sul).

A comparação será conduzida com base na análise de documentos oficiais e nas entrevistas com diferentes atores institucionais, buscando compreender não apenas o conteúdo formal das políticas, mas também as formas como são interpretadas, apropriadas e ressignificadas nos contextos de implementação.

Análise Comparativa das Políticas Públicas de 2025

Ao analisar as políticas públicas implementadas em 2025, percebe-se um esforço por parte do governo federal e do estado do Rio Grande do Sul para reestruturar a formação e a valorização da carreira docente. O programa federal “Mais Professores para o Brasil” representa uma tentativa inédita de criar uma política nacional articulada, que contempla desde a formação inicial até a valorização simbólica e financeira dos professores.

Entre os seus principais eixos, destacam-se: a Prova Nacional Docente, que visa padronizar critérios de seleção; o incentivo financeiro via Bolsa Pé-de-Meia para licenciandos; a criação de mecanismos de alocação de professores em áreas de difícil acesso, com bolsas complementares; a oferta de pós-graduações lato sensu associadas ao exercício profissional; e parcerias institucionais que oferecem benefícios diversos à categoria docente.

No caso do Rio Grande do Sul, as políticas adotadas em 2025 também são significativas. A ampliação de cursos técnicos, além de qualificar os estudantes, gerou demanda por professores especializados, o que motivou a contratação e valorização de profissionais. O Programa Parceiro da Escola, embora polêmico, buscou dinamizar a gestão escolar por meio da cooperação com entidades privadas. Além disso, o Programa de Desenvolvimento de Liderança 2.0 representou um avanço na formação de diretores escolares com perfil mais estratégico.

As duas esferas, portanto, avançaram em aspectos complementares. Enquanto o governo federal priorizou a formação e os incentivos para ingresso e permanência na carreira, o estado do Rio Grande do Sul concentrou esforços na valorização interna da rede, na infraestrutura e na profissionalização da gestão escolar. No entanto, nota-se que a articulação entre os dois níveis de governo ainda é incipiente, o que pode comprometer a eficácia de políticas com objetivos semelhantes.

A análise revela que a efetividade dessas políticas depende, em grande parte, da existência de canais institucionais de diálogo, da valorização da escuta dos profissionais da educação e da integração de sistemas de avaliação e acompanhamento contínuos. A ausência de planejamento conjunto e de um sistema nacional de formação docente dificulta a consolidação de uma política de Estado para o magistério. Portanto, este estudo propõe que uma política educacional sólida deve ser intersetorial, descentralizada na escuta e centralizada na finalidade comum de promover justiça educacional.

O Decreto nº 57.335, de 29 de novembro de 2023, regulamenta o Programa Professor do Amanhã no Estado do Rio Grande do Sul, com o intuito de fortalecer a Educação Básica através da formação de professores em áreas estratégicas, como tecnologia, ciência e inovação. Esse programa, instituído pela Lei nº 16.001, de 2023, busca qualificar docentes por meio de cursos de graduação em licenciatura, alinhados com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Base Nacional Comum de Formação Inicial (BNC-FI).

O programa será coordenado por um Conselho Gestor, que é presidido pelo Vice-Governador e composto por outros secretários estaduais, como os de Educação, Planejamento, Inovação, Ciência e Tecnologia. Este Conselho será responsável por definir as políticas, diretrizes e prioridades do programa, além de supervisionar sua execução e garantir que as ações estejam alinhadas com os objetivos estabelecidos.

A execução prática do programa ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia, que será encarregada de selecionar as instituições de ensino superior participantes e gerenciar os pagamentos das bolsas de estudo. As vagas oferecidas estarão disponíveis em Instituições Comunitárias de Educação Superior, sem fins lucrativos, localizadas no estado, que atendam aos requisitos estabelecidos pelo programa.

Os alunos selecionados terão acesso a bolsas de estudo que cobrirão as taxas de matrícula e mensalidades, além de uma bolsa permanência para auxiliar nas despesas durante o curso. Para ser beneficiado, o candidato deve ter concluído o ensino médio, preferencialmente em escolas públicas ou como bolsista integral em instituições privadas, e deve ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com uma pontuação mínima exigida.

Além da formação acadêmica, o programa exige que os alunos realizem atividades práticas na rede pública estadual de ensino. Após a conclusão do curso, os bolsistas devem exercer, por um período determinado, atividades docentes na rede pública estadual. O não cumprimento dessas contrapartidas pode levar ao desligamento do programa e à devolução dos valores recebidos a título de bolsa.

O programa também contempla políticas afirmativas, com a reserva de vagas para grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência, pessoas negras, indígenas e transexuais, além de garantir a inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade social.

Esse decreto representa um passo importante para o fortalecimento da educação básica no Rio Grande do Sul, ao capacitar futuros professores com uma formação sólida, especialmente nas áreas de inovação e ciência, que são essenciais para o desenvolvimento educacional contemporâneo.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS MAIS PROFESSORES E PROFESSOR DO AMANHÃ

Ao analisar as políticas públicas implementadas no ano de 2025, observa-se um esforço por parte do governo federal e do estado do Rio Grande do Sul para reestruturar a formação e a valorização da carreira docente. Tais ações refletem a crescente preocupação com a qualificação dos profissionais da educação e com a atratividade da carreira do magistério, tradicionalmente marcada por baixos salários, escassez de incentivos e condições precárias de trabalho.

O programa federal Mais Professores para o Brasil, instituído pelo Ministério da Educação em 2025, representa uma tentativa inédita de criar uma política nacional articulada voltada à formação docente. A política contempla desde a formação inicial, com incentivos financeiros aos licenciandos, até estratégias de valorização simbólica e material para os professores em exercício. Entre os principais eixos do programa, destacam-se:

- Prova Nacional Docente, com o objetivo de padronizar critérios de seleção para o ingresso na carreira;
- Bolsa Pé-de-Meia, destinada a licenciandos de baixa renda como incentivo à formação inicial;
- Mecanismos de alocação de professores em áreas de difícil acesso, com bolsas complementares;
- Oferta de pós-graduações lato sensu vinculadas ao exercício profissional;
- Parcerias institucionais que garantem benefícios diversos aos professores participantes do programa.

A criação desse programa está regulamentada por normativas do Ministério da Educação (MEC), com base em diretrizes como a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FI) e os marcos legais do Plano Nacional de Educação (PNE). A proposta articula ações de indução federal com metas de formação, permanência e valorização profissional, inserindo-se em uma lógica de federalismo cooperativo.

No estado do Rio Grande do Sul, as políticas implementadas também apontam para um redesenho das ações voltadas à formação e valorização docente. O destaque recai sobre o Programa Professor do Amanhã, regulamentado pelo Decreto nº 57.335, de 29 de novembro de 2023, e instituído pela Lei nº 16.001/2023. A iniciativa busca fortalecer a educação básica por meio da formação de professores em áreas estratégicas, como ciências, tecnologia e inovação, com ênfase em cursos de licenciatura alinhados à BNC-FI e à BNCC.

Coordenado por um Conselho Gestor composto por representantes do governo estadual, o programa garante:

- Bolsas integrais para matrícula e mensalidades em instituições comunitárias de educação superior;
- Bolsa permanência durante o curso, assegurando a continuidade da formação;
- Contrapartida obrigatória dos bolsistas, que devem atuar na rede pública estadual após a formação;
- Políticas afirmativas, com reserva de vagas para grupos historicamente marginalizados, como pessoas negras, indígenas, transexuais e pessoas com deficiência.

Além disso, o estado investiu em outras frentes complementares, como o Programa Parceiro da Escola, que buscou dinamizar a gestão escolar por meio de parcerias com o setor privado (ainda que alvo de críticas), e o Programa de Desenvolvimento de Liderança 2.0, voltado à capacitação de diretores escolares com perfil estratégico.

Em perspectiva comparativa, percebe-se que as duas esferas governamentais avançaram de maneira complementar: enquanto o governo federal concentrou esforços na formação inicial e na atração de novos profissionais, o estado do Rio Grande do Sul promoveu ações voltadas à valorização interna da rede, à infraestrutura das escolas e ao fortalecimento da gestão educacional.

No entanto, a articulação entre os dois níveis de governo ainda é incipiente. A ausência de uma política nacional de formação docente que integre os diferentes entes federados e promova o diálogo entre as esferas dificulta a consolidação de um sistema verdadeiramente colaborativo. Conforme Ball e Bowe (1992), as políticas públicas são processos em disputa, sujeitos a reinterpretações nos diferentes contextos institucionais e culturais. Portanto, é fundamental que existam canais efetivos de cooperação federativa, monitoramento contínuo e escuta ativa das comunidades escolares.

Diante disso, este estudo defende que uma política de formação docente eficaz deve ser intersetorial, territorializada e participativa, capaz de considerar as especificidades locais sem renunciar a um projeto nacional integrado que valorize, de forma contínua, a carreira docente como pilar fundamental da educação pública de qualidade.

CONCLUSÃO

Este projeto de pesquisa teve como objetivo analisar de forma comparativa as políticas públicas de formação e valorização docente implementadas pelo governo federal, por meio do programa “Mais Professores para o Brasil”, e pelo estado do Rio Grande do Sul, com o programa “Professor do Amanhã”. Através de uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando análise documental, entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo, busquei compreender as potencialidades, limitações e articulações dessas políticas com os desafios estruturais da educação básica no Brasil.

A análise revelou que ambos os programas são iniciativas significativas no contexto da formação docente, mas com abordagens e resultados distintos. O programa federal busca uma articulação nacional, oferecendo incentivos financeiros e mecanismos de alocação de professores em áreas de vulnerabilidade. Já o programa estadual do Rio Grande do Sul foca em uma formação mais específica, alinhada com as demandas regionais, como o incentivo à qualificação em áreas de inovação, ciência e tecnologia.

Entretanto, um ponto crucial que surgiu ao longo da pesquisa é a dificuldade de articulação entre as esferas federal e estadual. Embora ambos os programas visem a valorização e a melhoria da formação docente, a falta de uma política integrada e coordenada entre os diferentes níveis de governo compromete a eficiência e a efetividade das ações. A fragmentação das políticas, somada à falta de um sistema robusto de monitoramento e avaliação, ainda representa um desafio significativo.

No entanto, o estudo também apontou várias potencialidades desses programas, como a oferta de bolsas de estudo, a formação continuada e os incentivos financeiros voltados para a permanência dos professores na carreira. Além disso, o programa estadual demonstrou um avanço significativo na valorização interna da rede estadual, com foco na infraestrutura escolar e na capacitação de líderes educacionais.

Como contribuições para o aprimoramento das políticas educacionais, este estudo sugere que uma abordagem mais integrada e colaborativa entre os níveis de governo seja essencial para a construção de um sistema de formação docente contínua, que leve em consideração as especificidades regionais e promova a cooperação federativa. A articulação de políticas públicas deve ser mais eficaz no sentido de criar uma rede de apoio constante para os professores, que não se limite à formação inicial, mas que ofereça suporte contínuo ao longo da carreira.

Além disso, é necessário fortalecer a valorização simbólica e material da profissão docente, uma vez que o reconhecimento social e o apreço pela carreira são fatores fundamentais para a retenção de professores qualificados e para a melhoria da qualidade da educação no Brasil. A pesquisa também sugere que políticas afirmativas, como a inclusão de grupos marginalizados na formação docente, podem ser um diferencial importante para garantir uma educação mais inclusiva e equitativa.

Por fim, espero que os resultados desta pesquisa contribuam para a reflexão crítica sobre as políticas públicas de formação docente no Brasil e ofereçam subsídios valiosos para estratégias mais eficazes que promovam a qualificação contínua dos professores, a valorização da carreira docente e, principalmente, a construção de uma educação pública de qualidade que atenda às necessidades de todos os estudantes do país.

Acredito que, para avançarmos, é necessário adotar uma abordagem intersetorial, que envolva a escuta ativa das comunidades escolares e uma integração das políticas educacionais, garantindo que todas as esferas de governo, incluindo a federal, estadual e municipal, trabalhem de forma mais alinhada e eficaz.

A pesquisa, ao abordar essas questões, almeja não só compreender os impactos das políticas atuais, mas também contribuir para a construção de políticas públicas mais robustas e mais bem articuladas, capazes de transformar a realidade da formação docente no Brasil e garantir o reconhecimento e o sucesso da carreira docente no país.

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen J.; BOWE, Richard. *Sociologia das políticas educacionais*. London: Routledge, 1992.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica – BNC-FI. Brasília: CNE/MEC, 2019.
- BRASIL. Decreto nº 57.335, de 29 de novembro de 2023. Regulamenta o Programa Professor do Amanhã, no âmbito das ações voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, com o objetivo de formar professores em áreas estratégicas para o fortalecimento da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://sict.rs.gov.br/documentos-oficiais>. Acesso em: 5 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Mais Professores para o Brasil. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 03 abr. 2025.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE: 2014-2024. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 05 abr. 2025.
- CELLARD, André. *A análise documental*. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CIAVATTA, Maria. *A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 95–112, jan./abr. 2012.
- DARLING-HAMMOND, Linda. *Powerful teacher education: lessons from exemplary programs*. San Francisco: Jossey-Bass, 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capital: por uma nova utopia na educação*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GAUTHIER, Jacques. *A pesquisa educacional: fundamentos epistemológicos e metodológicos*. São Paulo: Loyola, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001.

NÓVOA, António. *O regresso dos professores*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 229–243, jan./mar. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 16.001, de 2023. Institui o Programa Professor do Amanhã no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Porto Alegre, 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. *Políticas educacionais do Rio Grande do Sul em 2025*. Porto Alegre: SEDUC-RS, 2025. Disponível em: <https://www.se.educacao.rs.gov.br>. Acesso em: 03 abr. 2025.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008